

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.860.559 - PR (2020/0026005-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**RECORRENTE** : COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA  
**ADVOGADOS** : DANIEL BRENNEISEN MACIEL - PR040660  
SAMIR BRAZ ABDALLA - PR031374  
RAFAEL FERNANDO PORTELA - PR054780  
CLEVERSON TUOTO BENTHIEN - PR045001  
RAPHAEL WOTKOSKI - PR062783  
**RECORRIDO** : CONDOMINIO VIII DO CONJUNTO CAIUA III  
**ADVOGADO** : LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ - PR005560  
**INTERES.** : VALDECIR ALVES DA SILVA  
**INTERES.** : LIRIA NATALI DA SILVA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, apresentado por COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 18/12/2018, sendo o recurso especial interposto somente em 08/02/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas

# *Superior Tribunal de Justiça*

instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente